

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Temer sanciona lei que regulamenta uso compartilhado de imóveis

**Veículo:** Conjur

**Data:** 21.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** Online

**Link:** <https://www.conjur.com.br/2018-dez-21/temer-sanciona-lei-regulamenta-uso-compartilhado-imoveis>

### SEGURANÇA IMOBILIÁRIA

## Temer sanciona lei que regulamenta uso compartilhado de imóveis

21 de dezembro de 2018, 15h21

[Por Gabriela Coelho](#)

A lei que regulamenta o instituto jurídico da multipropriedade foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (21/12). A norma altera o Código Civil e Lei dos Registros Públicos, além de delimitar questões sobre a transferência e a administração da propriedade compartilhada.

Na prática, a lei regula o uso compartilhado de imóveis. Por exemplo, duas pessoas compram um imóvel em um determinado lugar e desejam explorá-lo de forma compartilhada. Com a lei, a relação dos donos será regulada.

O advogado Vinícius Koenig, do Costa & Koenig Advogados Associados, afirma que a regulamentação aumenta a segurança jurídica. “Essa relação já poderia ter sido ajustada em um contrato firmado entre as partes, no entanto, não havia possibilidade de registrar a multipropriedade. Diante da nova Lei, esse tipo de propriedade já utilizada em outros países, passará a contar com maior segurança jurídica, permitindo maior aplicação”, diz.

Antes da lei publicada, não havia previsão legal estrita da multipropriedade imobiliária como direito real. Havia uma elevada dificuldade dos registradores de imóveis. Isso porque os direitos reais devem estar tipificados em lei em sentido formal, editada pelo Congresso Nacional.

Por força dessa lacuna legislativa, muitos registradores de imóveis evitavam registrar a multipropriedade imobiliária e em alguns julgados tem-se negado até mesmo sua eficácia real, sob o fundamento de que sem previsão legal específica e própria, o direito dos proprietários teria natureza obrigacional.

De acordo com a norma, a propriedade compartilhada é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida por seus proprietários, de forma alternada. Indivisível

Segundo a lei, a multipropriedade não será extinta automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário. A norma estabelece ainda que o imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, não podendo ser sujeito a ação de divisão ou de extinção condominial.

**[Clique aqui para ler a lei.](#)**

**CLIPPING DE NOTÍCIAS**

**Título:** Aprovado orçamento de R\$ 5,1 bi para a capital

**Veículo:** Diário do Amazonas

**Data:** 21.12.18

**Enfoque:**  
 Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Política

**Página:** 03

**Link:** -



**LOA** A Câmara aprovou os recursos para 2019 com 263 emendas parlamentares, a maioria nas áreas de saúde e educação, além do Plano Plurianual (2019/2022), que seguem para sanção do prefeito

**Aplicações** Cada um dos 41 vereadores teve R\$ 485 mil para destinar como emenda parlamentar

Divulgação/CMM/Robervaldo Rocha

**Asafe Augusto**  
 Redacao@diarioam.com.br

Manaus

**E**m uma sessão que se estendeu até as 17h30, a Câmara Municipal de Manaus (CMM) aprovou, no fim da tarde desta quarta-feira (20), a Lei Orçamentária Anual (LOA) que prevê o Orçamento de R\$ 5,1 bilhões para Manaus, em 2019. Também foi aprovado o Plano Plurianual (PPA - 2019/2022). Ambos seguem para as mãos do prefeito Arthur Neto (PSDB) para a sanção.

A matéria passou com 263 emendas parlamentares aprovadas, das 314 que foram propostas pelos vereadores, o que gerou grande discussão entre a base do prefeito e a oposição. A maioria das emendas foi para as áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Cada vereador, entre os 41 que atuam nesta legislatura,

teve R\$ 485 mil disponíveis para destinar como emenda parlamentar.

"As emendas vão melhorar nos investimentos do município para ajudar na gestão", disse o líder do prefeito Arthur Neto (PSDB), vereador Marcel Alexandre (PHS), ressaltando que a discussão que durou horas sobre a derrubada das emendas foi saudável para a democracia.

Marcel Alexandre afirmou que as emendas que foram derrubadas não atenderam aos critérios técnicos. "A Câmara acompanhou todas as audiências e a Prefeitura também. Estamos olhando apenas aos aspectos técnicos e não ao discurso político. A Comissão de Constituição e Justiça fez o papel dela. Foi um desgaste desnecessário", disse.

O presidente da Câmara, vereador Wilker Barreto, disse que entende que algumas emendas foram derrubadas sem os critérios jurídicos ne-

cessários faltando fundamentação. "Aprovamos o Orçamento do próximo ano terminando 2018 zerando toda a pauta", afirmou.

Barreto destacou que na mesma sessão mais de 600 leis foram revogadas.

A Lei Orçamentária Anual (PL nº 347/2018), de autoria do Executivo Municipal, foi aprovada após receber análise nas Comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e Finanças, Economia e Orçamento (CFEO) às emendas apresentadas pelos vereadores. Na etapa de análise dos pareceres das emendas, a CCJR foi favorável a 263 emendas (Bloco A), por estarem dentro da técnica legislativa, por não ferirem qualquer preceito legal ou constitucional e também pelo cumprimento do inciso 1º, do Parágrafo 13, do artigo 147 da Lei Orgânica do Município (Loman).

No parecer contrário, as 51 emendas apresentadas para

votação no Bloco B, a CCJR justificou que as emendas tornariam a LOA incompatível com o PPA e com a LDO, ferindo o Artigo 166, parágrafo 13, Inciso 1º da Constituição Federal, além de afrontarem o artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal e o artigo 32 da lei nº 2.324/2018 que tratam da Reserva de Contingência e a forma como deve ser utilizada.

**Emendas**

Do total de emendas parlamentares apresentadas à Lei Orçamentária anual, o vereador Chico Preto (PMN) foi quem apresentou o maior número de emendas, 52. Os vereadores Plínio Valério (PSDB) 19 emendas, Carlos Portta (PSB) 13 emendas, Joana D'Arc (PMN) 12 emendas, Coronel Gilvandro Mota (PTC) 11 emendas, Wilker Barreto (PHS) e André Luiz (PTC) apresentaram dez emendas, Professora Jacqueli-

ne (PHS), Isaac Tayah (PSDC) e Joelson Silva (PSDB) apresentaram nove emendas, cada. Bessa (SD) e Professor Samuel (PHS) apresentaram oito emendas, Claudio Proença (PR), Elias Emanuel (PSDB) e Raulzinho com sete emendas cada. Nove parlamentares apresentaram seis emendas à LOA, cinco apresentaram cinco emendas, quatro vereadores apresentaram outras quatro e dois vereadores apresentaram três emendas. Diego Afonso (PDT) e Marcel Alexandre apresentaram duas emendas. Já os vereadores Dallas Filhos (MDB), Dr. Ewerton Wanderley (PHS) e Fransuá Matos (PV) apresentaram apenas uma emenda à LOA, cada um.

Agora, o prefeito terá o prazo de 120 dias para informar ao Poder Legislativo sobre a impossibilidade da execução do objeto da emenda, junto à justificativa de impedimento.

**CLIPPING DE NOTÍCIAS**

**Título:** AM tem saldo de 288 vagas, em novembro

**Veículo:** Diário do Amazonas

**Data:** 21.12.18

**Enfoque:**  
 Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** 09

**Link:** -



Setor Com saldo de 1,5 mil vagas, o comércio foi a atividade de destaque

Sandro Pereira

**Emerson Medina**  
 Redacao@diarioam.com.br

**Manaus**

**N**ovembro marcou a geração de 288 novas vagas de emprego no Amazonas, diferença das 10,8 mil contratações contra as 10,5 mil demissões registradas no mês pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgados ontem. O saldo é 37,1% menor que o saldo de novembro de 2017, quando sobraram 395

postos de trabalho.

No ano, o saldo foi de 7,8 mil vagas (127,8 mil contratações contra 120 mil demissões) e, nos últimos 12 meses, 5,8 mil postos sobraram, após o Estado registrar 136,7 mil aberturas de postos e 130 mil desligamentos.

Com saldo de 1,5 mil vagas, o comércio foi a atividade de destaque, em novembro, no Amazonas. Foram 3,9 mil contratações contra 2,4 mil demissões. No penúltimo mês do ano, se intensificam as contratações temporárias para o atendimento das demandas de fim de ano. No setor de servi-

ços, o saldo foi de 125 vagas.

Os demais setores apurados pelo Caged, no entanto, tiveram perdas de postos: 511 na indústria de transformação, 478 na construção civil, 23 nos serviços industriais, 44 na agropecuária e 250 na administração pública.

Três das cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em novembro. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 35.069 postos, seguido pelo Sul (24.763 vagas) e pelo Nordeste (7.031 vagas). Influenciado pela entressafra, o Centro-Oeste fechou 7.537 postos. O Norte

registrou 932 vagas a menos, no mês passado.

No País, beneficiada pelo comércio e pelos serviços, a criação de empregos com carteira assinada atingiu, em novembro, o maior nível para o mês em oito anos. Foram criados, no mês, 58,6 mil postos formais.

Na divisão por atividade, apenas dois dos oito setores pesquisados criaram empregos formais em novembro. O campeão foi o comércio, com a abertura de 88,5 mil postos, seguido pelo setor de serviços (34,3 mil postos). Os seis demais setores fecharam vagas.

O nível de emprego caiu na indústria de transformação (-24.287 postos), na agropecuária (-23.692 postos), na construção civil (-13.854 postos), na administração pública (-1.122 postos), na indústria extrativa mineral (-744 postos) e nos serviços industriais de utilidade pública, categoria que engloba energia e saneamento (-543 postos).

Entre os Estados as maiores variações positivas ocorreram em São Paulo (abertura de 17,7 mil postos), no Rio de Janeiro (13,7 mil), no Rio Grande do Sul (10,1 mil) e em Santa Catarina (9,1 mil).

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Governador eleito vai pedir suspensão de licitações

**Veículo:** Assessoria de comunicação do governador eleito

**Data:** 21.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Política

**Página:** -

**Link:** -

### Governador eleito vai pedir suspensão de licitações

O governador eleito do Amazonas, Wilson Lima, determinou que sua equipe de transição dê entrada no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para suspender os processos licitatórios irregulares que estão em andamento.

A principal motivação foi a licitação de serviços de digitalização feita pela Agência de Fomento do Amazonas (Afeam), mesmo depois da comissão de transição ter pedido o cancelamento da mesma. A licitação tem valor de R\$ 9 milhões, o que representa 10% do orçamento da Afeam.

Wilson explica que assim que tomou conhecimento da licitação, a comissão de transição pediu o cancelamento, no que não foi atendida, tendo em seguida pedido a suspensão da assinatura do contrato, no que também não foi atendida.

“A situação na Afeam é criminosa. Não há o mínimo respeito com o bem público e não vamos permitir que situações semelhantes aconteçam. Por isso, nosso pedido é para paralisar tudo o que esteja irregular a fim de proteger o patrimônio e assegurar que os investimentos sejam feitos de maneira adequada”, afirmou o governador eleito.

#### Interesse

O ex-presidente da Afeam, Luiz José da Silva Fernandes, suspendeu o contrato de digitalização, seguindo pedido da comissão de transição. Mas assim que tomou conhecimento do fato, Iolane Machado, que atua na instituição sem Legitimidade, procurou o Governo do Estado, e decidiu destituir Luiz José do cargo, o que tornaria nulo ato dele.

Às 16h de ontem, numa assembleia extraordinária, os acionistas da Afeam decidiram colocar na presidência Ana Lucia de Oliveira Almeida e, desta forma, manter a validade do contrato de digitalização.

“Não podemos correr riscos como este, daí porque estamos pedindo suspensão de

“tudo que seja fraudulento”, disse Wilson.

### **Crime e improbidade**

Iolane Machado, que age na Afeam como presidente, comandando a instituição, não é e nem pode ser oficialmente nomeada.

Em duas consultas feitas ao Banco Central ela teve o nome reprovado, o que é condição primeira para assumir direção de agências de crédito, que é o caso da Afeam.



## **MAIS NOTÍCIAS**

**Agência Brasil**

[Custo da construção civil fecha 2018 com inflação de 3,97%, diz FGV](#)

**Exame**

[Robô de atendimento supera R\\$ 150 milhões em vendas de imóveis](#)

**Investimentos e Notícias**

[Preços de imóveis comerciais registram recuo em novembro](#)

